Valor Econômico | Brasil

Endividamento alcança 85% da baixa renda

Indicador da CNC para a faixa de até três salários mínimos é recorde pelo quarto mês seguido

Por Alessandra Saraiva, Valor — Rio
09/08/2026 15h46 - Atualizado há 23 horas

O endividamento das famílias de baixa renda bateu recorde em julho, na leitura da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em recorte exclusivo da pesquisa, divulgado ao **Valor**, a parcela de famílias endividadas com renda mensal de até três salários mínimos (R$ 4.863) ficou em 84,9% no mês passado, maior proporção para essa faixa de renda, que tem série iniciada em maio de 2023.

Fábio Bentes, economista-chefe da CNC e responsável pelo recorte, destaca que foi quarta vez consecutiva que o endividamento da baixa renda bateu recorde. Foi, ainda, superior à fatia média de endividados, em julho, para todas as faixas de renda (82%), também recorde.

A amostra da Peic abrange entrevistas em todas as capitais e no Distrito Federal. Mensalmente, a amostra conta com aproximadamente 18 mil consumidores, ou 17,8 mil famílias. Do universo de famílias, em torno de 43% têm renda mensal até três salários-mínimos. No recorte da Peic da CNC, é possível visualizar que também ocorreu piora nos indicadores de inadimplência nessa camada de menor de renda de junho para julho. A fatia das famílias endividadas com renda até três salários mínimos e que admitiram débitos em atraso subiu de 38,3% para 38,5% de junho para julho. A proporção de inadimplentes sem condição de quitar dívidas subiu de 17,6% para 17,8%, no mesmo período, na mesma faixa de renda.

O menor orçamento dessas famílias também dificulta resolução rápida de dívidas, nota Bentes. A fatia mensal de renda comprometida com dívidas, nessa faixa de renda, também subiu, de 30,4% para 30,6% de junho para julho.

Para Bentes, o resultado evidencia que muitas famílias de baixa renda ainda usam crédito para quitar contas do mês. "É como se o crédito fosse um puxadinho do orçamento", disse. "E também houve bancarização no pós-pandemia bastante expressiva", comenta. Isso facilitou maior acesso ao crédito nessa faixa de renda.

Ao ser questionado se o quadro não mostra efeito inócuo do Desenrola 2.0, programa federal de renegociação de dívidas, Bentes explica que a renegociação não impede famílias de tomarem novos créditos. A dívida renegociada, mesmo com condições melhores, ainda contabiliza a família como endividada na pesquisa. Além disso, a adesão ao programa para quitação total pode ser baixa.

Ele argumenta que, ao se comparar com maio, mês de lançamento do Desenrola, houve melhora nos indicadores de inadimplência da baixa renda em julho. Em maio, a fatia de endividados com atraso nessa faixa de renda era maior, de 38,6%, e a proporção dos que admitiram não conseguir quitar débitos, de 18%. Ele ressalta que é preciso esperar mais por efeitos do programa, visto que nova edição do Desenrola foi lançada há apenas 90 dias.

A CNC, porém, não foi a única instituição a mostrar sinal preocupante nas finanças da baixa renda. A Fundação Getulio Vargas (FGV) calcula o "Indicador de Estresse Financeiro", com base em alguns tópicos da Sondagem do Consumidor, outra pesquisa da fundação. De junho para julho, entre famílias pesquisadas na faixa 1, com renda familiar mensal de até R$ 2.100, o indicador subiu de 25,6 pontos para 26,8 pontos. Foi o maior nível desde março de 2026 (29,1 pontos).

Esse estresse maior afetou ritmo de consumo, diz Anna Carolina Gouveia, economista da FGV. Ela informa que, somente na faixa 1, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), indicador-síntese da sondagem, caiu 10,5 pontos, para 79,8 pontos, menor pontuação desde setembro de 2025 (77,4 pontos). "Isso foi influenciado por situação financeira atual, afetada por contexto de endividamento elevado, inadimplência, juros. A faixa de renda mais baixa, que é quem tem menos flexibilidade no orçamento, acaba sendo muito influenciada", diz.

Heverton Peixoto, CEO do Omni&Co, ecossistema de soluções financeiras, classifica o atual quadro de endividamento para baixa renda como "algo que exige atenção". "Acredito em medidas de renegociação e portabilidade [para melhorar o quadro na baixa renda], pois ajudam a tratar o estoque de endividamento existente", diz. "Mas, ao mesmo tempo, o Brasil dedica muito tempo discutindo como renegociar dívidas e deveria dedicar a mesma energia para discutir porque o crédito ainda custa tão caro", afirma.

Um motivo para o crédito caro, tomado por endividados de baixa renda, é o atual patamar de juros elevado no mercado, acrescenta Isabela Tavares, economista sênior da Tendências Consultoria. Principalmente nos chamados "créditos emergenciais", disse. Os de menor renda, explicou, tem escore de crédito baixo, e normalmente não apto para créditos com juros baixos, como consignado, por exemplo.

Assim, essa faixa de renda recorre a créditos, como cartão de crédito e cheque especial. "Esse crédito emergencial com juros mais altos acaba se tornando uma bola de neve. Porque precisam desse dinheiro para conseguir pagar contas", diz. "Só que não é um dinheiro a mais: no fim do mês, precisa pagar, e aí eles parcelam dívidas no rotativo e não conseguem pagar."

Tavares recomenda mais mecanismos de portabilidade de crédito, de forma que o devedor de baixa renda possa escolher a instituição financeira com menor juro e, assim, conseguir sair do endividamento emergencial. Ela acrescentou outra recomendação, de longo prazo, para tentar driblar esse cenário: fortalecer a educação financeira nessa faixa de renda.

Pesquisas da Serasa Experian apontam que, entre os mais pobres, os adultos na faixa de 41 e 60 anos são os mais endividados, disse o especialista em Educação Financeira Rodrigo Costa. Esse é o público que teve pouca ou nenhuma educação financeira na escola, notou. Também é a faixa etária pouco acostumada com aprendizado digital.

Atenta a esse contexto, disse, a Serasa oferece palestras presenciais sobre educação financeira, além de mecanismos de renegociação de dívida. "Temos educadores financeiros, tirando as dúvidas de consumidores, de como não voltar a se endividar", diz.

Ele admite que, no caso da baixa renda, a educação financeira é um desafio maior, principalmente com o avanço de consumo de jogos e apostas digitais. As bets acabam também contribuindo para endividamento das populações de menor renda, concorda o CEO da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) Leandro Vilain. Ele diz que, no caso dos endividados de baixa renda, as soluções precisam ser profundas e diferenciadas de propostas para reduzir endividamento em classes de renda mais alta.

Para Vilain, no caso de baixa renda o acesso ao crédito emergencial, com juros altos, pode ser um problema. Ele afirma ser importante buscar a queda da taxa básica de juros, atualmente em 14% ao ano. "Vejo muitas pessoas dizendo que banco gosta de taxa de juro alta. Não é verdade. Taxas altas geram maior inadimplência, mais perda, maior dificuldade do cliente em repagar as dívidas. O que o banco gosta é emprestar dinheiro e receber de volta", afirma.

09/08/2026 15:44:19